



BANDEIRA DO SUL-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA DO SUL - MINAS GERAIS

**Assistente Social - Agente
Técnico IV**

EDITAL 001/2024

**CÓD: OP-150ST-24
7908403564118**

Português

1. Leitura e interpretação de textos: compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos. Informações implícitas e explícitas; Significação contextual de palavras e expressões; Ponto de vista do autor	7
2. Linguagem verbal e não verbal	14
3. Semântica e estilística: polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiperonímia, denotação e conotação, sentido e sentido figurado, figuras de linguagem	16
4. Funções da linguagem	18
5. Texto e discurso: intertextualidade, paródia.....	20
6. Tipologia textual e gêneros discursivo de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos	21
7. Texto e textualidade: coesão, coerência, argumentação.....	25
8. Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes culturais, sociais, regionais, históricos e individuais.....	26
9. Registros formal e informal da escrita padrão.....	28
10. Fonética e fonologia: tonicidade, ortografia e acentuação gráfica.....	29
11. Crase	31
12. Morfologia: classificação e flexão das palavras, emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, preposições, modos e tempos verbais.....	32
13. Análise morfológica	38
14. Sintaxe: frase, oração, período; Termos da oração; Coordenação e subordinação; Análise sintática.....	39
15. Concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; colocação pronominal aplicada ao texto	44
16. Sinais de pontuação como fatores de coesão	48
17. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua	50
18. Ortografia oficial– Novo Acordo Ortográfico	51

Noções de Administração Pública e Cidadania

1. Princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência	61
2. Estrutura e Atividade da Administração Pública: Organização administrativa brasileira	65
3. Poderes administrativos: poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder.....	69
4. Direitos Humanos e Cidadania: Direitos e deveres fundamentais previstos na Constituição Federal.....	76
5. Mecanismos de participação popular.....	81
6. Ética no Serviço Público: Princípios e normas que norteiam a conduta dos servidores públicos; responsabilidade do servidor público nas esferas administrativa, civil e penal	85
7. Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992	90
8. Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).....	107
9. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	110
10. Tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)	117

Conhecimentos Específicos

Assistente Social - Agente Técnico IV

1. Ambiente de atuação do assistente social educacional; Instrumentos e técnicas de atuação profissional; Documentos técnicos: laudo, parecer, relatório social e estudo de caso	135
2. Propostas de intervenção na área social: planos, programas, projetos, e atividades de trabalho	136
3. Avaliação de programas e políticas sociais	138
4. Trabalho social com famílias	140
5. Atuação em equipe interprofissional (relacionamento e competências)	147
6. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	151
7. Código de Ética do Assistente Social	189
8. Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	195
9. SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei nº 12.594/2012	200
10. Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	211
11. Interação escola-família e comunidade	218
12. Função Social da Escola	221
13. Pluralidade Cultural e Diversidade cultural	223
14. Respeito aos povos	228
15. Orientação Sexual na infância	232
16. Trabalho e Consumo: a exploração do trabalho Infanto-Juvenil	237
17. Inclusão e diversidade como elementos de garantia do direito à aprendizagem	240
18. A Educação Especial Inclusiva: possibilidades e desafios	245
19. Desenvolvimento de competências socioemocionais no espaço escolar	248
20. Resolução de conflitos no espaço escolar	253
21. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	257
22. Lei Federal nº 9.394/ 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN)	257
23. Lei Federal nº 13.935/2019 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica	275
24. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	275
25. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais	293
26. Lei Complementar nº 062/2009 e a Lei Complementar nº 045/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)	296

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE VARIADOS GÊNEROS DISCURSIVOS. INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS; SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES; PONTO DE VISTA DO AUTOR

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia

das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.

- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.

- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejam os:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none">– É um regime mais abrangente– Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	<ul style="list-style-type: none">– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público– O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejam os em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejamos:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

– **Súmula 473- STF** - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que

foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoa jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejamos o que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

– **Súmula Vinculante 13 STF:** *“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.*

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece *“desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”.* Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional.

Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

- a) Rapidez;
- b) Dinamismo;
- c) Celeridade;
- d) Descongestionamento;
- e) Desburocratização;
- f) Perfeição;
- g) Completitude; e
- h) Satisfação;
- i) Rentabilidade ótima, máxima e com menor custo.

Sobre o tema, o STF já se posicionou no sentido de reforçar que o princípio da eficiência não depende de Lei para que seja regulamentado, sendo por isso, considerado como uma norma de eficácia plena.

Além disso, destaca-se que a Emenda Constitucional nº19/98 consagrou a transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial, com o objetivo de criar aproximação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Vejamos no quadro abaixo, as distinções entre esses dois tipos de Administração:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
<p>– É direcionada ao controle de procedimentos e preocupa-se com os resultados em segundo plano;</p> <p>– Seu foco encontra-se nos controles administrativos;</p> <p>– Centralização, concentração e controle dos órgãos e entidades públicas.</p>	<p>– É voltada para o controle de resultados e mantém as formalidades fundamentais à Administração Pública;</p> <p>– É focada no controle de resultados;</p> <p>– Reduz a atuação empresarial do Estado;</p> <p>– Trata de parcerias com entidades do terceiro setor para a prestação de atividades consideradas não essenciais;</p> <p>– Trata da capacitação de servidores e do controle de desempenho;</p> <p>– Cuida da descentralização, desconcentração e autonomia dos órgãos e entidades públicas.</p>

— **Outros Princípios Constitucionais Aplicáveis à Administração Pública**

Princípio da Celeridade Processual

Previsto no artigo 5º LXXVIII da CFB/88, o princípio da celeridade processual assegura a toda a sociedade nas searas judicial e administrativa, a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade na sua tramitação.

Ressalta-se que o processo administrativo constitui uma sequência de atos que declinam-se à decisão final. Desta maneira, o rito deve sempre prosseguir com o objetivo de que haja conclusão célere de encerramento dos processos.

Salienta-se que a Lei Federal nº 9784/99 elenca importantes diretrizes que podem ser aplicadas aos processos administrativos federais em relação a celeridade. São elas:

- a) É dever da Administração emitir de forma clara, decisão nos processos administrativos, bem como responder acerca de solicitações ou reclamações e sobre matérias que sejam de sua competência;
- b) Após a conclusão da instrução de processo administrativo, o prazo para Administração decidir é de até 30 dias, exceto se houver prorrogação expressamente motivada, razão pela qual, acrescentar-se-á igual período;
- c) Não fixando a lei prazo diferente, será o recurso administrativo decidido no prazo de 30 dias;
- d) Salvo disposição legal diversa, o processo administrativo deverá tramitar por no máximo três instâncias administrativas.

Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

De acordo com os fundamentos contidos no artigo 5º, LV da CFB/88, em decorrência do princípio do contraditório, as decisões administrativas devem ser tomadas levando em consideração a manifestação das partes interessadas.

Para tal, é imprescindível que seja dada oportunidade para que as partes prejudicadas pela decisão sejam ouvidas antes do resultado final do processo.

Ressalta-se que o princípio da ampla defesa possibilita aos litigantes, tanto em processo judicial quanto administrativo, a utilização dos meios cabíveis de prova, dos recursos e dos instrumentos necessários para defesa de seus interesses diante do Judiciário e também da Administração Pública.

Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, dispõe a Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal:

– **Súmula 33 STF:** “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Princípio de devido processo legal formal e material

Nos ditames do artigo 5º, LIV da CFB/88, a privação de liberdade ou de bens só poderá ser aplicada após o devido processo legal.

O devido processo legal pode ser classificado da seguinte forma:

a) Devido processo legal formal: trata-se do parâmetro que exige o cumprimento de um rito que já esteja definido por lei para que a decisão tenha validade;

b) Devido processo legal material ou substantivo: a decisão final deve ser justa, adequada e respeitar o rito. Desse modo, o devido processo legal material ou substantivo possui o mesmo conteúdo do princípio da proporcionalidade. Além disso, é importante destacar que nos processos administrativos, é buscada a verdade real dos fatos, não valendo desta forma, somente a verdade formal baseada na prova produzida nos autos.

Por fim, denota-se que são diferenças primordiais entre o processo administrativo e do processo judicial:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL
<ul style="list-style-type: none"> – Até 3 instâncias – Faz coisa julgada administrativa – Princípio da oficialidade – permissão da <i>reformatio in pejus</i> – Não há necessidade de atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade real) 	<ul style="list-style-type: none"> – Em regra, são 3 graus de jurisdição – Faz coisa julgada judicial – Princípio da inércia da jurisdição – Há necessidade da atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade formal)

— Princípios Implícitos

Princípio da Autotutela da Administração Pública

Possui o condão de controlar sua própria atuação, podendo, desta forma, corrigir seus próprios atos quando tais atos estiverem dotados de ilegalidade.

Sobre o assunto, dispõe a Súmula 346 do STF:

– **Súmula 346 - STF:** “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”.

Além disso, poderá a Administração invalidar seus próprios atos a partir do momento em que estes contenham ilegalidade, porque deles não se originam direitos, podendo também revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade. É o determina a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

– **Súmula 473 - STF:** “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Ademais, vale pontuar que de acordo com o art. 5 da Lei nº 9.784/1999, deverá a Administração anular seus próprios atos, quando estes se encontrarem eivados de vícios de legalidade, podendo revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que nos parâmetros do princípio da legalidade, o prazo para a Administração Pública anular seus atos é de 05 anos.

Princípio da Continuidade

Esse princípio define que a atuação administrativa deve ser ininterrupta.

Aliado a esse importante princípio, o STF adotou por meio do Recurso Extraordinário nº 693.456, o entendimento de que o exercício do direito de greve por parte do servidor público pode realizar o corte do salário, que por sua vez, poderá ser substituído por compensação das horas paradas pelo servidor. Porém, em se tratando de greve provocada por ato ilícito da Administração Pública, tal corte de salário não poderá ocorrer e a Administração deverá ressarcir os prejuízos caso estes existam e sejam verificados.

– **OBS. Importante:** De acordo com o disposto no artigo 142, §3º, IV da Constituição Federal de 1.988, em hipótese alguma, poderá o servidor militar entrar em greve ou se sindicalizar.

Princípio da Razoabilidade ou da Proporcionalidade Ampla

Por meio desse princípio, as medidas adotadas pela Administração devem se apresentar das seguintes maneiras:

MEDIDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
ADEQUADAS	Seu dever é lograr com sucesso a realização da finalidade.
NECESSÁRIAS	A Administração deverá optar pela forma que restrinja menos ao direito do administrado.
PROPORCIONAIS	A Administração Pública deverá promover equilíbrio entre vantagens e desvantagens, entre o meio e o fim, fazendo com que haja mais vantagens que desvantagens, sob pena de ausência de proporcionalidade do ato.

Princípio da Motivação Obrigatória

Esse princípio obriga a Administração Pública a indicar os pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato.

Desta maneira, infere-se que a validade do ato administrativo se encontra condicionada à apresentação de forma escrita dos fundamentos fáticos e jurídicos justificadores da decisão que foi adotada.

Tal fundamentação se refere a um mecanismo de controle sobre a legalidade e legitimidade das decisões tomadas pela Administração Pública.

A obrigação de motivação dos atos da Administração Pública possui fundamento em vários dispositivos normativos, dentre eles, podemos citar como exemplos, os insertos no artigo 93, X da Constituição Federal e no artigo 50 da Lei nº 9784/99.

Contudo, existem atos que dispensam a motivação escrita, como exemplo, podemos citar a motivação evidente nos atos de gesticulação executados por policial na disciplina do trânsito, bem como a motivação inviável demonstrada em sinais de trânsito emitidos por semáforos.

Ressalta-se que a motivação deve ser apresentada de modo concomitante, ou no instante seguinte à prática do ato.

Há ainda, a motivação aliunde, que se trata daquela indicada fora do ato, e que se constitui em concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas. Como exemplo de motivação aliunde, podemos citar aquela realizada pelas infrações de trânsito, onde existe em padrão único de motivação para cada tipo de espécie de infração cometida e que nesse caso, não existe necessidade de motivação personalizada para cada agente que cometer o ato infracional.

Princípio da Presunção de Legitimidade

Por meio desse princípio, devido à prática exclusiva com a finalidade de aplicação da lei, os atos administrativos acabam por se beneficiar da legitimação democrática conferida pelo processo legislativo.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social - Agente Técnico IV

AMBIENTE DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL; INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL; DOCUMENTOS TÉCNICOS: LAUDO, PARECER, RELATÓRIO SOCIAL E ESTUDO DE CASO

O assistente social educacional é um profissional fundamental no contexto escolar, atuando de maneira a promover a inclusão social e o direito à educação, especialmente para alunos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A presença desse profissional nas instituições de ensino reflete o compromisso com a garantia de direitos sociais, buscando identificar e intervir nos fatores que dificultam o pleno acesso e permanência dos estudantes na escola.

O papel do assistente social nas instituições educacionais vai além da resolução de problemas pontuais, englobando o desenvolvimento de estratégias coletivas que promovam a equidade no ambiente escolar. Sua atuação é regida pelo compromisso ético de transformar a realidade social, trabalhando em conjunto com a comunidade escolar para promover a inclusão, a justiça social e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A importância do assistente social educacional também reside na sua capacidade de atuar como ponte entre a escola, a família e os diversos serviços de apoio social. Através dessa mediação, o assistente social contribui para que as barreiras sociais, econômicas e culturais que afetam o processo educacional sejam superadas, garantindo o direito à educação de qualidade para todos.

Objetivos e Desafios da Atuação do Assistente Social no Âmbito Escolar

O principal objetivo do assistente social educacional é garantir que todos os alunos tenham acesso aos seus direitos, especialmente o direito à educação. Ele trabalha para criar condições favoráveis que possibilitem a permanência e o sucesso dos alunos na escola, identificando e enfrentando questões sociais que possam interferir nesse processo, como pobreza, violência doméstica, abuso de substâncias e discriminação.

Entre os principais desafios enfrentados no ambiente educacional, destacam-se:

- **Desigualdade social:** Muitos estudantes enfrentam barreiras econômicas e sociais que dificultam seu desempenho escolar. A falta de recursos materiais, apoio familiar, moradia adequada e alimentação são fatores que interferem diretamente no aprendizado.

- **Violência e conflitos familiares:** Situações de violência doméstica, abuso ou negligência são frequentes entre as famílias acompanhadas pelos assistentes sociais, o que exige uma atuação delicada e eficaz na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

- **Inclusão de alunos com deficiência:** Garantir a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar é uma das missões do assistente social, que colabora com a equipe pedagógica na formulação de estratégias inclusivas.

- **Ações de prevenção ao abandono escolar:** Identificar os fatores que contribuem para o abandono escolar e implementar intervenções que previnam a evasão é uma das prioridades da atuação do assistente social na educação.

A promoção da cidadania é um dos eixos centrais do trabalho desse profissional. Ao promover a inclusão social, o assistente social educacional contribui para a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na sociedade.

Instrumentos de Atuação do Assistente Social Educacional

Para desempenhar suas funções, o assistente social utiliza uma série de instrumentos técnicos e metodológicos que auxiliam no diagnóstico e intervenção nos problemas sociais que afetam o ambiente escolar. Esses instrumentos permitem uma análise aprofundada da realidade social dos alunos e suas famílias, possibilitando intervenções mais eficazes e direcionadas.

- **Entrevista:** Um dos principais instrumentos do assistente social, a entrevista permite conhecer a realidade do aluno e sua família, suas dificuldades e potencialidades. Por meio de uma conversa estruturada, o profissional coleta dados sobre as condições de vida, relações familiares e outros aspectos relevantes para o acompanhamento.

- **Visita Domiciliar:** A visita domiciliar é um instrumento essencial para compreender o contexto em que o aluno vive, sua realidade familiar e social. Essa técnica permite que o assistente social obtenha informações que muitas vezes não são percebidas no ambiente escolar.

- **Relatório Social:** Após a coleta de informações, o assistente social elabora um relatório social, documento que descreve as condições do aluno e de sua família, além de sugerir encaminhamentos ou intervenções necessárias. Esse relatório é fundamental para o planejamento das ações do assistente social e também pode ser utilizado para subsidiar políticas públicas e decisões judiciais.

- **Estudo de Caso:** O estudo de caso é uma metodologia que permite ao assistente social analisar profundamente a situação de um aluno ou grupo de alunos, levando em consideração múltiplos fatores. A partir dessa análise, o profissional define estratégias de intervenção específicas.

- **Acompanhamento Familiar:** A atuação do assistente social educacional não se restringe ao aluno, mas se estende à sua família. O acompanhamento familiar busca envolver os responsáveis no processo educacional, orientando-os e fornecendo suporte para que possam contribuir de forma mais efetiva para o sucesso escolar de seus filhos.

- **Articulação com a rede de serviços:** O assistente social atua como um articulador entre a escola e os diversos serviços sociais disponíveis, como conselhos tutelares, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), serviços de saúde e instituições de apoio. Essa articulação é essencial para a construção de uma rede de proteção social que atenda às necessidades dos alunos e suas famílias.

Técnicas de Atuação Profissional no Contexto Escolar

Além dos instrumentos mencionados, o assistente social educacional utiliza diversas técnicas de atuação profissional que auxiliam na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

- **Atuação Interdisciplinar e Trabalho em Equipe:** O assistente social trabalha em conjunto com outros profissionais da educação, como professores, psicólogos e pedagogos, formando equipes interdisciplinares. A troca de informações e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento são fundamentais para uma abordagem integral das questões que afetam o desempenho escolar dos alunos.

- **Mediação de Conflitos:** A escola é um espaço onde conflitos podem surgir, seja entre alunos, professores ou famílias. O assistente social atua como mediador, buscando soluções pacíficas e promovendo o diálogo. Técnicas de mediação são utilizadas para resolver problemas relacionados ao bullying, discriminação e violência no ambiente escolar.

- **Oficinas Socioeducativas e Grupos de Apoio:** O assistente social também pode organizar oficinas e grupos de apoio para alunos e suas famílias. Esses espaços permitem a discussão de temas relevantes, como autoestima, relações familiares, sexualidade e saúde mental. As oficinas socioeducativas visam o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento da cidadania.

Essas técnicas são fundamentais para a construção de um ambiente escolar inclusivo, no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal.

Impacto da Atuação do Assistente Social no Desenvolvimento Educacional

O impacto da atuação do assistente social educacional é significativo, especialmente no que se refere à inclusão e à permanência dos alunos na escola. Ao intervir nos fatores sociais

que dificultam o acesso à educação, o assistente social contribui diretamente para o sucesso escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Entre os resultados observados estão:

- **Redução do abandono escolar:** Com ações direcionadas para a prevenção da evasão, o assistente social educacional tem conseguido reduzir significativamente o número de alunos que deixam a escola antes de concluir os estudos.

- **Melhoria no desempenho acadêmico:** Ao garantir que os alunos tenham acesso às condições básicas para o aprendizado, como alimentação adequada, transporte e apoio emocional, o assistente social contribui para a melhora no desempenho acadêmico.

- **Promoção da inclusão social:** A presença de um assistente social nas escolas também promove a inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

Perspectivas Futuras e Avanços Necessários na Atuação do Assistente Social Educacional

Apesar dos avanços, ainda há muitos desafios a serem superados no campo da assistência social educacional. O fortalecimento da articulação entre políticas públicas e a ampliação do número de assistentes sociais nas escolas são algumas das medidas necessárias para garantir que todos os alunos tenham seus direitos assegurados.

O assistente social tem um papel cada vez mais relevante no contexto educacional, especialmente diante dos desafios contemporâneos, como a desigualdade social, a violência e a exclusão. Para avançar nesse campo, é essencial investir em formação continuada para os profissionais, além de promover a valorização de seu trabalho no ambiente escolar.

O futuro da atuação do assistente social educacional depende de uma maior integração entre a escola e as redes de proteção social, garantindo que o direito à educação seja efetivado de maneira plena e inclusiva.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NA ÁREA SOCIAL: PLANOS, PROGRAMAS, PROJETOS, E ATIVIDADES DE TRABALHO

A intervenção na área social é um dos principais campos de atuação do assistente social, que trabalha com a criação e execução de ações voltadas para a proteção, inclusão e promoção de direitos das populações vulneráveis. Para garantir a eficácia dessas intervenções, é necessário planejar e organizar estratégias que sejam coerentes com as demandas sociais. Essas estratégias se concretizam por meio de planos, programas, projetos e atividades de trabalho, que variam em escopo e objetivo, mas têm como foco comum a transformação social e a promoção de cidadania.

Cada uma dessas modalidades de intervenção tem características próprias e um papel específico dentro das políticas públicas, sendo instrumentos fundamentais para a atuação dos profissionais de serviço social.

1. Planos de Intervenção Social

Os planos de intervenção social são instrumentos estratégicos de longo prazo, que visam traçar diretrizes e metas para a superação de problemas sociais de forma organizada e estruturada. Um plano envolve uma visão ampla da realidade social e é composto por um conjunto de objetivos, metas e estratégias que serão desenvolvidas ao longo de um período. Normalmente, os planos são formulados a partir de políticas públicas e legislações vigentes.

Características dos Planos de Intervenção:

- **Escopo abrangente:** Geralmente, envolvem um grande número de atores e instituições, sendo aplicados em nível municipal, estadual ou nacional.
- **Horizonte temporal longo:** São estabelecidos para períodos de tempo mais extensos, como quatro, cinco ou até dez anos.
- **Integração com políticas públicas:** São planejados em consonância com diretrizes governamentais, atuando em áreas como saúde, educação, assistência social e habitação.

Exemplo de Plano: O Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) é um exemplo de planejamento em nível nacional, que organiza as diretrizes e prioridades para a assistência social no Brasil, abrangendo ações que visam a proteção social básica e especial.

2. Programas de Intervenção Social

Os programas sociais têm um caráter mais específico que os planos e são derivados deles. Enquanto o plano define uma diretriz geral, o programa se volta para a execução de ações mais concentradas em determinados objetivos, públicos ou áreas. Em geral, programas têm duração contínua, com implementação gradual e flexível, podendo ser ajustados ao longo do tempo conforme as necessidades.

Características dos Programas Sociais:

- **Foco específico:** Um programa é voltado para resolver ou mitigar um problema social específico, como fome, desemprego ou desigualdade educacional.
- **Duração prolongada:** Programas podem ser contínuos, sendo ajustados ao longo do tempo conforme a avaliação dos resultados.
- **Articulação de várias ações:** Um programa pode integrar diversos projetos e atividades dentro de sua execução.

Exemplo de Programa: O Programa Bolsa Família, agora integrado ao Auxílio Brasil, é um programa social que visa garantir uma renda mínima para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, contribuindo para a redução da desigualdade social e promovendo a inclusão social.

3. Projetos de Intervenção Social

Os projetos sociais são ações temporárias e específicas, criadas para atingir objetivos delimitados em um curto ou médio prazo. Ao contrário dos programas, os projetos possuem um início e um fim claramente definidos, com metas específicas que devem ser alcançadas. Um projeto é mais focalizado e pode ser implementado para resolver um problema pontual ou para experimentar novas abordagens dentro de um programa mais amplo.

Características dos Projetos de Intervenção:

- **Tempo delimitado:** Todo projeto tem um prazo de início e fim definidos.
- **Objetivos claros e específicos:** O projeto busca resolver um problema específico e bem delimitado dentro de um público-alvo restrito.
- **Flexibilidade:** Projetos podem ser experimentais ou pilotos, sendo ajustados ou escalados com base em seus resultados.

Exemplo de Projeto: Um projeto de geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade pode ser implementado como parte de um programa maior de inclusão social. O projeto teria duração de seis meses, oferecendo oficinas de capacitação, microcrédito e suporte psicológico para um grupo delimitado de participantes.

4. Atividades de Trabalho na Intervenção Social

As atividades de trabalho são as ações práticas realizadas no dia a dia do assistente social para colocar em execução os projetos e programas. Elas representam a execução das estratégias, envolvendo contato direto com os beneficiários, monitoramento, avaliação e acompanhamento contínuo. São as ações concretas que aproximam o planejamento da realidade social.

Características das Atividades de Trabalho:

- **Ações cotidianas e práticas:** As atividades envolvem a execução de ações diárias, como visitas domiciliares, entrevistas, rodas de conversa e encaminhamentos.
- **Contato direto com os usuários:** A interação com o público atendido é uma das principais características das atividades de trabalho.
- **Acompanhamento e monitoramento:** As atividades incluem a avaliação contínua do andamento dos projetos e programas, além de ajustes conforme a necessidade.

Exemplo de Atividades de Trabalho:

- Visitas domiciliares para identificar as condições de vida de famílias atendidas por um programa de habitação social.
- Oficinas socioeducativas com jovens em situação de risco para discutir temas como cidadania, direitos humanos e prevenção de violência.
- Entrevistas sociais para avaliar o perfil dos beneficiários de um projeto e suas necessidades específicas.

Relação entre Planos, Programas, Projetos e Atividades

Os planos, programas, projetos e atividades de trabalho estão interligados e se complementam na intervenção social. Cada um desempenha um papel dentro do ciclo de planejamento e

execução de políticas públicas e ações sociais, garantindo que os objetivos estabelecidos em grandes diretrizes (planos) sejam concretizados através de programas contínuos, projetos específicos e atividades diárias.

Exemplo Prático de Integração:

- Um Plano Municipal de Erradicação da Pobreza pode estabelecer como objetivo reduzir a pobreza extrema em uma cidade em 10 anos. Para isso, ele engloba diversos programas como o programa de transferência de renda, capacitação profissional e inclusão produtiva. Dentro desse programa, pode ser desenvolvido um projeto específico de capacitação profissional para jovens, com duração de um ano, e as atividades desse projeto podem incluir oficinas, visitas domiciliares e acompanhamento individualizado dos participantes.

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS SOCIAIS

A avaliação de programas e políticas sociais é uma etapa crucial no ciclo de gestão das políticas públicas e da intervenção social. Ela permite a análise sistemática de eficiência, eficácia e efetividade das ações realizadas, ajudando a compreender se os objetivos propostos estão sendo atingidos e quais impactos estão sendo gerados na sociedade. Avaliar programas e políticas sociais é essencial para aprimorar estratégias, otimizar recursos e assegurar que as intervenções atendam às necessidades da população.

1. Conceito e Importância da Avaliação

A avaliação de programas e políticas sociais pode ser definida como o processo de investigação e análise dos resultados, impactos e processos de um programa ou política, comparando-os com os objetivos e metas estabelecidos. Ela não se limita a verificar o cumprimento das ações, mas também busca compreender os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso das intervenções sociais.

A importância da avaliação reside no fato de que ela oferece subsídios para:

- Ajustes e melhorias nos programas em execução.
- Tomada de decisões mais informadas por parte de gestores e políticos.
- Transparência na utilização de recursos públicos.
- Responsabilização das entidades envolvidas.
- Inovação nas abordagens e estratégias utilizadas para a solução de problemas sociais.
- Identificação de boas práticas que podem ser replicadas ou ampliadas em outras regiões ou programas.

A avaliação também é fundamental para garantir que os programas sociais respeitem os direitos da população e promovam a justiça social, sendo eficazes na redução das desigualdades e na promoção do bem-estar.

2. Tipos de Avaliação

Existem diferentes tipos de avaliação de programas e políticas sociais, cada um com objetivos e metodologias específicas, que podem ser aplicados em momentos distintos do ciclo de uma intervenção. Os principais tipos são:

2.1. Avaliação de Planejamento (Ex Ante)

A avaliação de planejamento, também conhecida como avaliação ex ante, é realizada antes da implementação de um programa ou política. Seu objetivo é analisar a viabilidade, os recursos necessários e os potenciais impactos da intervenção. Essa avaliação antecipa possíveis obstáculos e permite a criação de estratégias que maximizem os resultados e minimizem riscos.

Perguntas-chave:

- O programa é viável com os recursos disponíveis?
- Quais são os potenciais beneficiários?
- Qual é a previsão de impacto no público-alvo?

Exemplo: Antes de iniciar um programa de transferência de renda, pode-se realizar uma avaliação de planejamento para estimar o número de famílias elegíveis e o impacto esperado na redução da pobreza.

2.2. Avaliação de Processo (Formativa)

A avaliação de processo, ou avaliação formativa, ocorre durante a execução do programa ou política e tem como objetivo monitorar se as ações estão sendo implementadas conforme o planejado. Ela se concentra nos meios e nos processos utilizados, permitindo ajustes ao longo da execução para garantir a efetividade.

Perguntas-chave:

- As atividades estão sendo executadas conforme o planejado?
- Os recursos estão sendo utilizados adequadamente?
- A equipe está capacitada e os beneficiários estão sendo alcançados?

Exemplo: Em um programa de alimentação escolar, a avaliação de processo pode verificar se os alimentos estão sendo distribuídos regularmente e se atendem aos padrões nutricionais estabelecidos.

2.3. Avaliação de Resultados (Somativa)

A avaliação de resultados, ou avaliação somativa, é realizada ao final do programa ou política, com o objetivo de verificar se os objetivos e metas foram atingidos. Ela se concentra nos efeitos imediatos da intervenção, analisando os resultados diretos e mensuráveis no público-alvo.

Perguntas-chave:

- O programa atingiu as metas estabelecidas?
- Quais foram os benefícios diretos para os participantes?
- O que funcionou e o que pode ser melhorado?